

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
COORDENAÇÃO DE QUÍMICA
CURSO DE BACHARELADO E LICENCIATURA EM QUÍMICA**

**GENICE IURCKEVICZ
RAQUEL LUDWICHK**

**MUDANÇA NO PROCESSO AVALIATIVO DA UTFPR
PESQUISA REALIZADA COM ACADÊMICOS E PROFESSORES DO CURSO DE
QUÍMICA - UTFPR – PATO BRANCO - PR**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

PATO BRANCO - PR

2011

**GENICE IURCKEVICZ
RAQUEL LUDWICK**

**MUDANÇA NO PROCESSO AVALIATIVO DA UTFPR
PESQUISA REALIZADA COM ACADÊMICOS E PROFESSORES DO CURSO DE
QUÍMICA – UTFPR – PATO BRANCO - PR**

Trabalho de conclusão de curso, apresentado à Comissão de Diplomação do Curso de Licenciatura em Química da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Campus Pato Branco, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Química.

Orientadora: Profa. Dra. Sirlei Dias Teixeira

FOLHA DE APROVAÇÃO

O trabalho de diplomação intitulado “**MUDANÇA NO PROCESSO AVALIATIVO DA UTFPR – PESQUISA REALIZADA COM ACADÊMICOS E PROFESSORES DO CURSO DE QUÍMICA – UTFPR – PATO BRANCO – PR**” foi considerado APROVADO de acordo com a ata da banca examinadora N^o **018L2** de 2011.

Fizeram parte da banca os professores.

Sirlei Dias Teixeira

Mauro Vestena

Henrique Emilio Zorel Junior

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus por ter nos ajudado nesta caminhada, colocando pessoas especiais que nos ajudaram durante esta etapa de nossas vidas.

Aos nossos pais por todo o amor, apoio e dedicação em todos os momentos.

Aos nossos namorados pela compreensão.

A nossa orientadora Prof^a. Sirlei Dias Teixeira pela dedicação e orientação.

Aos amigos, em especial Rafaéla Cândido e Rafaela Oliveira pelo companheirismo e amizade.

Aos nossos mestres por todo conhecimento transmitido.

Quando a gente acha que tem todas as respostas, vem a vida e muda todas as perguntas ... (VERISSIMO. Luis F.).

RESUMO

IURCKEVICZ, Genice; LUDWICHK, Raquel. MUDANÇA NO PROCESSO AVALIATIVO DA UTFPR – Pesquisa realizada com acadêmicos e professores do curso de Química – UTFPR – Pato Branco – PR. 2011. 36 f. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Química) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco, 2011.

O processo avaliativo da Universidade Tecnológica Federal do Paraná sofreu algumas alterações no final do ano de 2010, segundo a Resolução nº. 112/10-COEPP de 29 de novembro de 2010. Os parágrafos 1 á 4 do artigo 34 desta resolução abordam esta mudança, que entre outros fala sobre o processo avaliativo: é parte integrante do projeto pedagógico do curso, este deve ser construído coletivamente, visando atender o especificado no regulamento; as avaliações devem juntamente com o número, suas modalidades e critérios estar explícitas no plano de ensino, lembra que o professor deve possibilitar a recuperação do aproveitamento acadêmico através da reavaliação que deve ser realizada ao longo e/ou ao final do semestre letivo, diz que o aluno para ser considerado aprovado na disciplina deve ter frequência igual ou superior a 75% e nota final igual ou superior a 6,0 o que deve considerar todas as avaliações previstas no plano de ensino. A partir desse regulamento, das alterações realizadas, discutiu-se com acadêmicos e professores do curso de Química essa mudança, verificando a aceitabilidade e as expectativas tanto dos docentes quanto dos discentes em relação à alteração. Percebeu-se através da pesquisa realizada tanto a concordância quanto a divergência de opiniões entre docentes e discentes em algumas questões, porém percebeu-se que professores e acadêmicos consideram de fundamental importância a realização das avaliações.

Palavras-chave: Pesquisa. UTFPR. Processo Avaliativo.

ABSTRACTS

IURCKEVICZ, Genice; LUDWICHK, Raquel. CHANGE IN UTFPR EVALUATING PROCESS - Research carried out with academics and professors of chemistry course - UTFPR – Pato Branco - PR. 2011. 36 f. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Química) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco, 2011.

The evaluation process of Universidade Tecnológica Federal do Paraná has undergone some changes in end of year of 2010, on this Resolution nº. 112/10-COEPP of November 29, 2010. Paragraphs 1 to 4 of Article 34 of this resolution discuss this change, which among other talks about the evaluation process, it is part of course pedagogical project, this should be built collectively, to meet the specified in the regulations, the evaluations together with the the number, its modalities and criteria, to be explicit in the teaching plan, remember that the teacher should allow the recovery of the academic achievement through the revaluation should be spread over and / or the end of the semester, says the student to be considered approved in the discipline must have a frequency equal to or greater than 75% and final grade equal to or greater than 6.0 which should consider all the evaluations required under the teaching plan. From this regulation, the changes made were discussed with scholars and professors of chemistry this change, verifying the acceptability and expectations of both teachers and students about the change. It was notice by both the research agreement as the divergence of opinions between teachers and students on some issues, but we noticed that teachers and scholars regard as fundamentally important the realization of evaluations.

Keywords: Search. UTFPR. Evaluation Process.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Quadro geral de respostas – Discentes.....	19
Figura 2 - Quadro geral de Respostas - Docentes.....	23

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Disciplinas evidenciadas pelos acadêmicos.....	21
-----------------------------------------------------------	----

LISTA DE ACRÔNIMOS

COEPP Conselho de Ensino, Pesquisa e Pós-Graduação

REUNI Reestruturação em Expansão das Universidades Federais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 OBJETIVOS.....	12
2.1 OBJETIVO GERAL	12
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	12
3 REVISÃO DE LITERATURA	13
4 MATERIAIS E MÉTODOS	17
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	18
5.1 RESPOSTAS DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS AOS DISCENTES.....	18
5.2 RESPOSTAS DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS AOS DOCENTES	22
CONCLUSÃO	27
REFERÊNCIAS.....	28
APÊNDICES	30
ANEXOS	34

1 INTRODUÇÃO

A avaliação está inserida em qualquer contexto educacional, vivenciada, em suas diversas configurações, em todas as instituições de ensino. Faz parte do nosso cotidiano e muitas vezes reflete nas decisões tomadas, o que difere são as formas como essa avaliação é empregada. Embora o termo “avaliação” pareça algo comum, a complexidade que esse tema envolve é grande, começando pela concepção de avaliação que não é a mesma em todas as instituições, resumindo-se muitas vezes ao resultado de um processo, com intuito de verificar quantitativamente as informações adquiridas. Essa complexidade nos permite estudar quais as formas de avaliação aplicáveis, como elas ocorrem, além de seus objetivos e características (MENDES, 2005).

O processo avaliativo da Universidade Tecnológica Federal do Paraná sofreu algumas alterações no final do ano de 2010, segundo a Resolução nº. 112/10-COEPP de 29 de novembro de 2010.

Os parágrafos 1 á 4 do artigo 34 desta resolução abordam esta mudança:

A aprovação nas disciplinas presenciais dar-se-á por Nota Final, proveniente de avaliações realizadas ao longo do semestre letivo, e por frequência.

§1o- O processo avaliativo é parte integrante do Projeto Pedagógico do Curso e deve ser construído coletivamente, visando atender o especificado nesse Regulamento.

§2o- O número de avaliações, suas modalidades e critérios devem ser explicitados no Plano de Ensino da disciplina/unidade curricular.

§3o- Para possibilitar a recuperação do aproveitamento acadêmico, o professor deverá proporcionar reavaliação ao longo e/ou ao final do semestre letivo.

§4o- Considerar-se-á aprovado na disciplina, o aluno que tiver frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) e Nota Final igual ou superior a 6,0 (seis), consideradas todas as avaliações previstas no Plano de Ensino (COEPP, 2010).

Para esse estudo aplicou-se um questionário aos docentes e discentes do curso de química da UTFPR – campus Pato Branco e a partir da análise dos resultados, avaliou-se a aceitabilidade e as expectativas dos envolvidos em relação à alteração.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Discutir o que levou a Universidade Tecnológica Federal do Paraná a alterar sua forma de avaliação, a visão dos docentes e discentes e os resultados esperados a partir dessa mudança.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Discutir as diferentes formas de avaliação.
- Analisar se a nova forma de avaliação da UTFPR pode ser considerada uma avaliação continuada.
- Verificar os resultados da nova forma de avaliação da UTFPR.
- Apresentar a visão dos educadores e a visão dos educandos em relação à mudança ocorrida.

3 REVISÃO DE LITERATURA

A avaliação é o resultado de uma experiência cujo objetivo é produzir o melhor resultado possível, logo, essa prática não deve ser “classificatória nem seletiva”, mas sim, “diagnóstica e inclusiva”. Exames são considerados “classificatórios e seletivos” o que os torna “excludentes”, pois seu objetivo não é o melhor resultado, e sim classificar os educandos segundo a aprovação ou reprovação, seguindo uma escala de notas (LUCKESI, 2002). Essas duas práticas avaliativas possuem objetivos e características distintas, porém são tratadas como iguais pela maioria dos avaliadores, como citado por Luckesi.

Os professores cometem o equívoco de denominar sua prática de “avaliação”, quando o que se faz é exercitar “exames”. Professores, professoras, escolas, sistemas de ensino dizem que estão praticando avaliação – assim, existem dias de avaliação, práticas de avaliação, sistemas de avaliação... -, porém, efetivamente, são dias de exames, práticas de exames, sistemas de exames, ou seja, somos traídos por hábitos que já passaram para nosso inconsciente e atuamos automaticamente, sem nos perguntarmos sobre o verdadeiro sentido daquilo que estamos fazendo. Inconscientemente, ‘examinamos’, porém dizemos que ‘avaliamos’ (LUCKESI, 2002).

Quando se fala em avaliar, esse termo é automaticamente associado a provas, exames, nota, aprovação ou reprovação. Essa associação é resultante de uma concepção pedagógica dominante que ultrapassa gerações, onde o objetivo é a transmissão e memorização de informações, tornando o educando um ser passivo e receptivo. Isso limita a avaliação a um instrumento de medição das informações armazenadas, tornando-a seletiva e competitiva (BARBOSA, 2008).

Mendes comenta o significado de avaliação e verificação.

O ato de avaliar não se encerra na configuração do valor ou qualidade atribuídos ao objeto em questão. Avaliar exige uma tomada de posição favorável ou desfavorável ao objeto de avaliação, com uma conseqüente decisão de ação. O ato de avaliar implica coleta, análise e síntese de dados que configuram o objeto de avaliação, acrescido de uma atribuição de valor ou qualidade, que se processa a partir da comparação da configuração do objeto avaliado. Segundo Luckesi (1995), a avaliação direciona o objeto numa trilha dinâmica enquanto a verificação o “congela”. Isso quer dizer que, para desenvolvermos o processo avaliativo, necessariamente temos que verificar, mas posteriormente precisamos tomar uma atitude no sentido de modificar a situação verificada, aí sim estaremos avaliando (MENDES, 2005).

No ensino superior e também no ensino básico geralmente não se realiza a avaliação completa, apenas se “verifica” a aprendizagem dos estudantes, considerando apenas os acertos conseguidos e praticamente desconsiderando os erros. Segundo o autor esse é um ensino centrado no professor o qual se fundamenta no “desempenho” dos estudantes em razão de objetivos previamente estabelecidos e está atrelado a uma “avaliação somativa” (MENDES, 2005).

Segundo a mesma autora, em uma avaliação formativa não se pode apenas realizar a “verificação” como resultado do processo ensino-aprendizagem, ela deve fazer parte de todo o processo e não deve acontecer de forma isolada e em momentos antes acertados. A avaliação não ocorre somente quando se propõem “instrumentos como provas”, as quais valem pontos, esse tipo de avaliação rompe com o “processo ensino-aprendizagem” e dificulta o processo da “avaliação formativa”.

O processo avaliativo não deve servir apenas para conferir “nota” ao aluno, ele deve estar atento ao estudante, as peculiaridades pessoais de aluno. No ensino superior a avaliação é papel da escola, como dito por Barros.

Na educação superior a avaliação é função conformativa da escola. As notas e conceitos são decisivos para a continuidade dos estudos, determinando o status de “sucesso” ou de “fracasso” acadêmico, de permanência ou de exclusão do processo escolar, independentemente da adequação ou não dos procedimentos que lhe deram origem (BARROS, 2009).

As notas são a representação da “quantidade de informações adquiridas” pelos estudantes com relação à perspectiva dos avaliadores, estas servem de orientação para “a avaliação do processo ensino-aprendizagem e do planejamento escolar” (BARROS, 2009).

Segundo a autora a avaliação em uma universidade deve compreender “um estudo sobre as formas de avaliação”.

A avaliação na Universidade abrange um estudo teórico sobre avaliação e avaliação na educação superior, incluindo revisão de conceitos, entendimentos e experiências, além de um levantamento da situação institucional a respeito de políticas, programas, propostas e realizações existentes, dadas as características da área de ensino/conhecimento (BARROS, 2009).

O professor possui também um papel importante na avaliação educacional no ensino superior, como um mediador, um facilitador da aprendizagem do aluno (BARROS, 2009).

O professor deve também levar em conta, em relação à avaliação, as dificuldades dos alunos para que o processo de ensino aconteça em uma forma mais flexível com o uso de “avaliações diversificadas” (BARROS, 2009).

Os alunos “entendem por inovadoras” as práticas avaliativas que permitam o seu desenvolvimento crítico e que permitam as reflexões perante os erros, o que garante o aprendizado (PADERES, 2007).

Quando se fala na avaliação escolar, imediatamente ocorre falar da avaliação do rendimento dos alunos como se esta fosse algo que recai exclusivamente sobre eles, ignorando-se os restantes intervenientes no processo de desenvolvimento de um curriculum (PACHECO, 1995, p. 13).

A avaliação continuada permite identificar pontos fortes e pontos fracos dos alunos, possibilitando ensinar promovendo acesso ao conhecimento de forma igualitária, transformando a avaliação em um recurso analítico para o educador, não considerando apenas o resultado das tarefas executadas, mas o caminho percorrido no decorrer do processo. Essa forma de avaliação, onde o professor é o mediador da aprendizagem, permite ao aluno desenvolver suas habilidades e competências, tornando-se autônomo, crítico e reflexivo, capaz de interagir social e politicamente, mesmo perante a evolução e transformação do mundo. É necessário que a avaliação aconteça diariamente, observando o desempenho dos alunos, tanto individual quanto em grupo e não apenas como o momento final do processo (BARBOSA, 2008).

A avaliação continuada além de auxiliar o professor na busca de informações importantes para realização da recuperação, fornece aos alunos informações sobre seu desempenho escolar, possibilitando recuperar falhas na aprendizagem do conteúdo. É assim que a avaliação assume a função de orientadora, dando condições para que o aluno recupere sua nota e orientando o estudo contínuo, favorecendo a aprendizagem, de forma a alcançar os objetivos propostos (HAYDT, 2002).

Cada escola precisa efetuar sua própria avaliação, pois só ela conhece de fato as condições nas quais realiza seu trabalho. O que não exclui, ao contrário, a necessidade de se situar dentro da avaliação do sistema

escolar, por sua vez muito necessária para sabermos a quantas andamos em relação ao que deve ser oferecido em termos de educação básica. As duas óticas tem que se complementar: a do exame das escolas, em suas condições individuais, e a verificação de todo o sistema, com seus pontos altos e baixos, para que possam ser tomadas as devidas providências. Assim serão contempladas as exigências básicas da avaliação em educação, de conhecer os pontos fracos da realidade, para poder atender as suas necessidades (FRANCO, 2001, p. 32).

4 MATERIAIS E MÉTODOS

O trabalho consistiu de dois momentos:

1. Compreensão das alterações no processo avaliativo, a partir de documentos oficiais da UTFPR, bem como das diretrizes pedagógicas nacionais dos cursos de graduação e informações obtidas junto ao grupo de educação da UTFPR – Pato Branco – PR. Em associação, levantamento bibliográfico abordando as diferentes concepções de processo avaliativo.

2. Realização de uma pesquisa de campo em forma de questionário com docentes e discentes do curso de química da UTFPR - campus Pato Branco – PR, verificando o grau de aceitabilidade dos acadêmicos e as expectativas dos docentes, a partir da alteração do processo avaliativo. Essa pesquisa tem como abrangência os acadêmicos e professores do curso de química.

Essa pesquisa foi autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, segundo o processo CR nº 1252/2011. O parecer do comitê consta no Anexo B.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa foi realizada com os acadêmicos e professores do Curso de química da UTFPR – Campus Pato Branco. Os resultados são descritos graficamente.

Como documento oficial da UTFPR, regulamentando essas alterações, encontramos apenas a Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Pós-graduação, que trata do sistema avaliativo, de 29/11/2010.

Partimos, portanto, do pressuposto que as alterações foram idealizadas e moldadas em função do regulamento do REUNI que integra o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), e foi instituído pelo Decreto nº 6.096, que consta no Anexo A, de 24 de abril de 2007, este prevê:

Art. 1º - § 1º O Programa tem como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano (BRASIL, 2007).

Art. 4º O plano de reestruturação da universidade que postule seu ingresso no Programa, respeitados a vocação de cada instituição e o princípio da autonomia universitária, deverá indicar a estratégia e as etapas para a realização dos objetivos referidos no art. 1º (BRASIL, 2007).

5.1 RESPOSTAS DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS AOS DISCENTES

Na Figura 1 – Quadro geral de respostas ao questionário observa-se predominância em algumas alternativas.

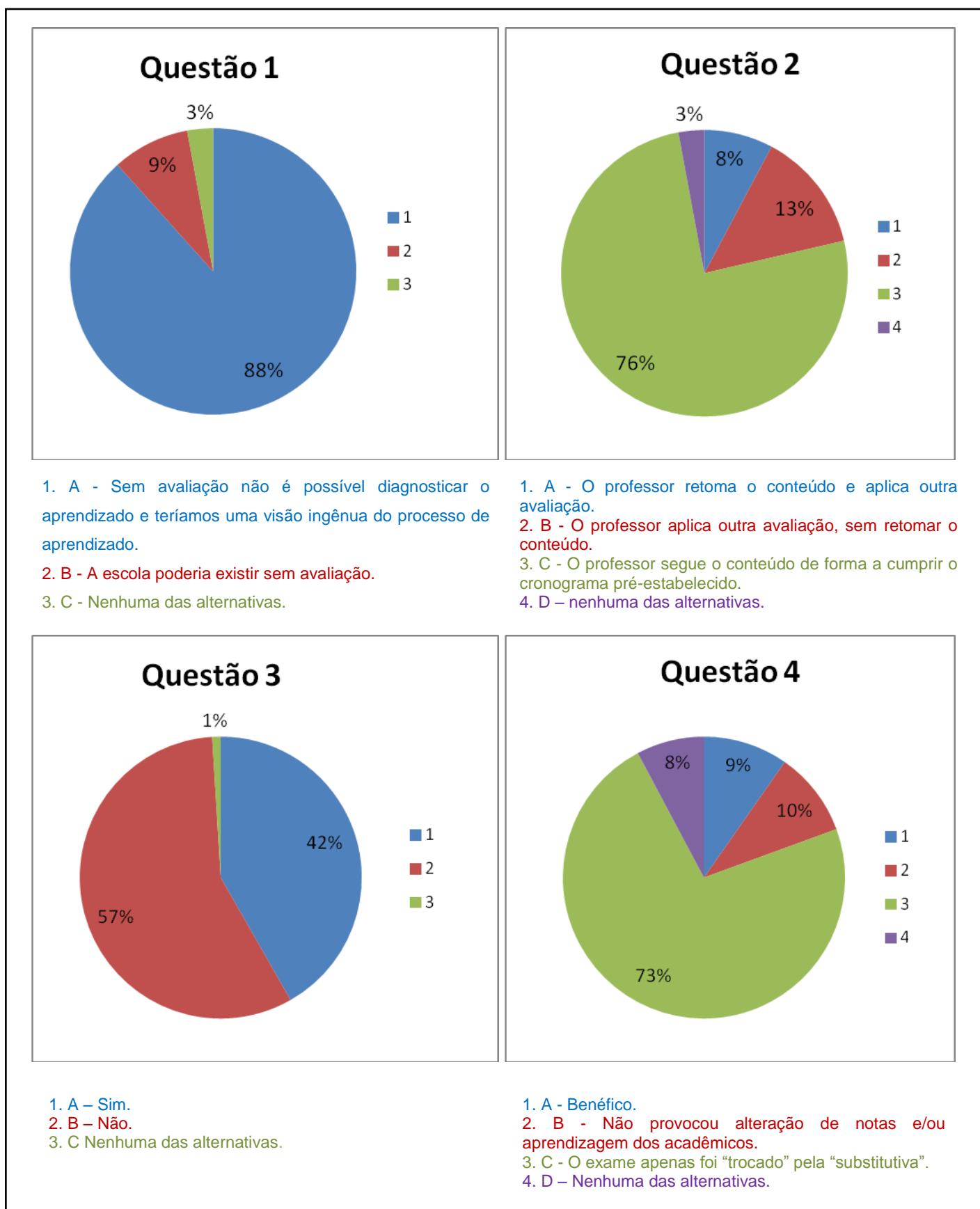


Figura 1 - Quadro geral de respostas – Discentes.

Na questão 1- Qual a importância da avaliação no processo ensino aprendizagem? - a alternativa “a” - Sem avaliação não é possível diagnosticar o aprendizado e teríamos uma visão ingênua do processo de aprendizado – obteve 88% de escolha, portanto acredita-se que a maioria dos discentes considera a realização da avaliação importante no processo ensino aprendizagem.

Além das informações obtidas estatisticamente analisou-se os comentários recebidos para a questão 1. Os acadêmicos comentaram que a avaliação é importante tanto para eles como para os professores verificarem o que foi aprendido, porém ela não deveria acontecer somente através de provas, pois algumas vezes os alunos podem ficar nervosos no momento da resolução da prova e não terem condições psicológicas de apresentarem o que realmente sabem.

Na questão 2 - O que é feito quando a maioria dos acadêmicos de sua turma tem um desempenho ruim em determinado assunto ou conteúdo que foi avaliado? - a alternativa “c” - O professor segue o conteúdo de forma a cumprir o cronograma pré-estabelecido – obteve o maior percentual de escolhas (76%), dessa forma entende-se que os professores estão mais preocupados em cumprir o cronograma previamente estabelecido no plano de ensino e podem às vezes deixar de verificar se os alunos realmente compreenderam o conteúdo.

Além das informações obtidas estatisticamente, analisou-se os comentários recebidos para a questão 2. Segundo os acadêmicos como já foi observado através dos dados estatísticos, a maioria dos professores seguem o conteúdo de forma a cumprir o cronograma pré-estabelecido, o que prejudica o rendimento posterior do acadêmico, nesta disciplina e nas posteriores para as quais essa se constitui em pré-requisito. Os acadêmicos falam da necessidade de se fazer uma revisão. Porém, alguns acadêmicos relatam que alguns professores fazem revisão e outra prova, ou fazem outra prova sem revisão. Percebe-se então que não se pode generalizar, pois os professores reagem de formas diferentes diante do rendimento dos acadêmicos e nem todos apenas seguem o conteúdo de forma a cumprir o cronograma pré-estabelecido.

Na questão 3 - Você percebeu mudanças significativas em suas notas, de uma maneira geral, posteriormente a alteração da média (7,0 para 6,0)? - duas alternativas obtiveram o maior percentual de respostas, a alternativa “a” – Sim – obteve 42% das respostas e a alternativa “b” – Não - obteve 57% das respostas, indicando dessa forma uma divisão de opiniões, talvez em função de que a alteração

no sistema é muito recente não permitindo ainda uma noção real se houve ou não mudança, ou ainda, que realmente foram sentidas/percebidas, pelos acadêmicos mudanças significativas. Essa divisão de opiniões pode ser observada também nos comentários da questão 3 – alguns acadêmicos comentam que as suas notas pioraram aumentando o número de reprovações. Em contrapartida, outros acadêmicos acreditam ser mais fácil tirar 6,0 aos poucos do que fazer exame, pois, sem exame o aluno se dedica mais e o critério de avaliação em algumas disciplinas melhorou. Porém, há alguns que afirmam que passaram a se preocupar menos em estudar, pois o valor da média diminuiu. O que pode ser considerado uma visão distorcida, pois, a média final anteriormente com a possibilidade do exame era 5,0, e agora a média final para a aprovação é 6,0.

No campo de preenchimento opcional “Gostaria de indicar uma disciplina que cursou e percebeu melhor rendimento e uma disciplina em que percebeu que seu rendimento piorou” observa-se algumas divergências de opiniões entre os acadêmicos com relação as disciplinas (Quadro 1), esses resultados apresentados no quadro corroboram para o já discutido anteriormente, que consiste em uma divisão de opiniões entre os acadêmicos, 44 afirmam que sua nota melhorou em alguma disciplina, ao passo que 36 dizem ter piorado em alguma disciplina.

Disciplina	Melhorou	Piorou
Física	10	16
Físico-Química	13	8
Operações Unitárias	2	0
Química Inorgânica	10	0
Química Orgânica	1	0
Química analítica	3	0
Economia	1	0
Análise instrumental	2	1
Bioquímica	1	0
Práticas de ensino	1	0
Cálculo	0	7
Álgebra	0	2
Equações Diferenciais ordinárias	0	2
TOTAL	44	36

Quadro 1 - Disciplinas evidenciadas pelos acadêmicos.

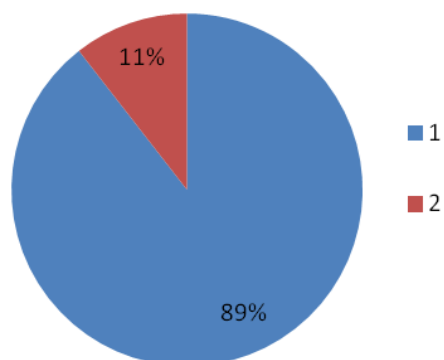
Na questão 4 - Sob o seu ponto de vista, a extinção da prova de exame foi: - a alternativa “c” - O exame apenas foi “trocado” pela “substitutiva” – obteve o maior percentual de respostas (73%) indicando que os discentes ainda não visualizaram mudanças significativas na forma de serem avaliados. Mostrando talvez que os professores não foram instruídos pela instituição sobre o novo processo avaliativo.

Além das informações obtidas estatisticamente, analisou-se os comentários recebidos para a questão 4 – segundo alguns acadêmicos o índice de reprovação aumentou, pois com exame era possível obter a aprovação com média final 5,0 e agora a média final passou a ser 6,0, e a grande diferença é que todos os professores aplicavam a prova de exame e agora apenas alguns aplicam a substitutiva. Outros ainda falam que os professores não mudaram a forma de avaliar.

5.2 RESPOSTAS DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS AOS DOCENTES

Na Figura 2 – Quadro geral de respostas ao questionário aplicado aos docentes observou-se predominância em algumas alternativas.

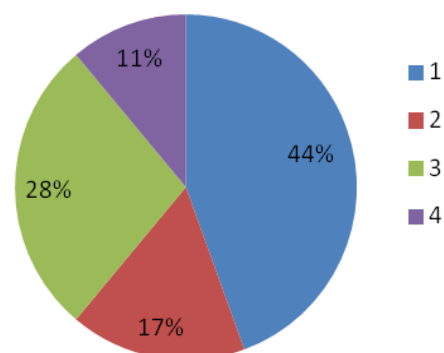
Respostas questão 1



1. A - Sem avaliação não é possível diagnosticar o aprendizado e teríamos uma visão ingênua do processo de aprendizado.

2. B - A escola poderia existir sem avaliação.

Respostas questão 2



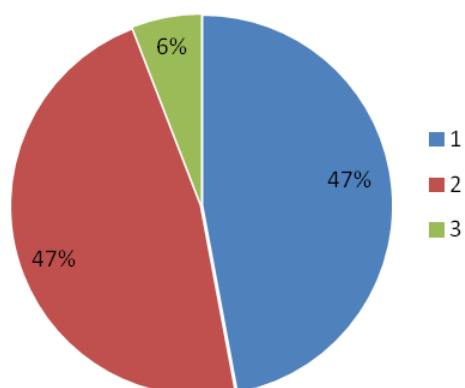
1. A - Retoma o conteúdo e aplica outra avaliação.

2. B - Aplica outra avaliação, sem retomar o conteúdo.

3. C - Segue o conteúdo de forma a cumprir o cronograma pré-estabelecido.

4. D - nenhuma das alternativas.

Respostas questão 3

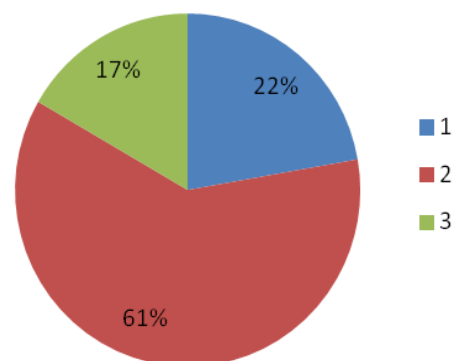


1. A - Sim.

2. B - Não.

3. C - Nenhuma das alternativas.

Respostas questão 4

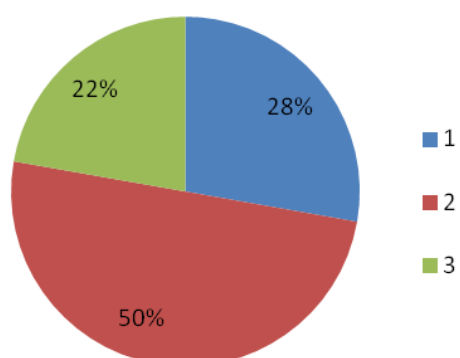


1. A - Sim.

2. B - Não.

3. C - Nenhuma das alternativas.

Respostas questão 5



A - Benéfico.

1. B - Não provocou alteração de notas e/ou aprendizagem dos acadêmicos.

2. C - O exame apenas foi "trocado" pela "substitutiva".

3. D - Nenhuma das alternativas.

Figura 2 - Quadro geral de Respostas - Docentes.

Na questão 1- Qual a importância da avaliação no processo ensino aprendizagem? - a alternativa “a” - Sem avaliação não é possível diagnosticar o aprendizado e teríamos uma visão ingênua do processo de aprendizado – obteve 89% de escolha, portanto, acredita-se que a maioria dos docentes considera positiva a realização da avaliação. Essa mesma resposta foi predominante no questionário aplicado aos discentes (88%).

Além das informações obtidas estatisticamente, analisou-se os comentários recebidos para a questão 1. Grande parte dos docentes considera a avaliação importante em qualquer processo para verificar se os objetivos e metas foram alcançados ou não. Porém, os professores concordam que a avaliação não precisa necessariamente acontecer na forma de provas, ela pode acontecer na forma de trabalhos, exercícios e provas, o que oferece a possibilidade de o professor diagnosticar o crescimento do aluno.

Alguns acreditam que seria possível pensar em uma escola sem avaliação, mas para que isso possa ocorrer atividades alternativas (projetos) devem ser pensados e os alunos devem se envolver completamente nos projetos propostos.

Na questão 2 - O que é feito quando a maioria dos acadêmicos de sua(s) turma(s) tem um desempenho ruim em determinado assunto ou conteúdo que foi avaliado? - a alternativa “a” – o professor retoma o conteúdo e aplica outra avaliação – obteve o maior percentual de escolhas (44%), observa-se divergência nas respostas dos docentes em relação aos discentes, pois 76% dos acadêmicos alegam que os professores seguem o conteúdo de forma a cumprir o cronograma pré- estabelecido.

Além das informações obtidas estatisticamente, analisou-se os comentários recebidos para a questão 2. Alguns professores dizem que nunca passaram por tal situação, mas que retomariam o conteúdo, tentando outras metodologias, orientando os estudantes a utilizar os horários de atendimento ao aluno, para rever os conteúdos, apontando-se os pontos fracos, alertando-se sobre os pontos importantes. Alguns voltam a fazer a avaliação. Outros que já passaram por essa situação, aplicaram nova avaliação e não verificaram aumento das notas.

Na questão 3 - Sentiu necessidade de mudar seu método (forma) de avaliação, a partir das mudanças das normas? - duas alternativas obtiveram o mesmo percentual de respostas, a alternativa “a” – Sim – obteve 47% das respostas, assim como a alternativa “b” – Não que também obteve 47% das respostas e 6%

não opinaram – o que pode indicar também para os docentes que ainda é cedo para notar mudanças significativas do processo avaliativo. Talvez alguns professores permaneceram trabalhando (avaliando) da mesma forma, uma vez que já faziam diferentes tipos de avaliações como exercícios e trabalhos, além de provas.

Além das informações obtidas estatisticamente, analisou-se os comentários recebidos para a questão 3. Alguns professores oportunizaram uma recuperação, deixando a cargo do aluno a escolha entre duas modalidades: prova de recuperação (em formato parecido com o antigo exame) e prova substitutiva (que substitui a menor nota). Outros colocaram mais itens na prova. Porém, alguns professores que trabalhavam com quatro avaliações e duas substitutivas, neste semestre resolveram aplicar somente três avaliações e uma única substitutiva. Existem também os professores que sempre realizaram avaliações diversificadas e com pesos diferentes nas notas independente da alteração.

Na questão 4 - Você percebeu mudanças significativas nas notas dos acadêmicos em sua(s) disciplina(s), de uma maneira geral, posteriormente a alteração da média (7,0 para 6,0) - a alternativa “b” – não – obteve o maior percentual de respostas (61%), indicando que até o momento a alteração não teve influência na nota final dos alunos, o que também foi verificado no questionário aplicado aos discentes (57%).

Além das informações obtidas estatisticamente, analisou-se os comentários recebidos para a questão 4. Segundo alguns professores, não é a nota que modifica o status da avaliação, é preciso saber com clareza o que se quer em termos de aprendizagem. Outros dizem que a variação já existia de turma para turma, há vários aspectos que influenciam na média das notas. Todavia, alguns professores acreditam que há um sentimento de facilidade maior. Outros acham que é cedo para esta constatação.

Na questão 5 - Sob o seu ponto de vista, a extinção da prova de exame foi: - a alternativa “c” - O exame apenas foi “trocado” pela “substitutiva” – obteve o maior percentual de respostas (50%), indicando que os docentes ainda não visualizaram mudanças significativas na forma de avaliar os acadêmicos, similarmente a resposta obtida no questionário aplicado aos discentes (73%).

Além das informações obtidas estatisticamente, analisou-se os comentários recebidos para a questão 5. Segundo alguns professores, os reflexos dessa mudança só serão percebidos no futuro, portanto ainda é cedo para avaliar a real

influência na vida acadêmica, talvez tenhamos apenas impressões sobre o assunto. Outros dizem que a questão da avaliação é complexa. Além do que há que se considerar que a média final era 5,0, logo a média final é maior que a anterior.

CONCLUSÃO

A mudança no processo avaliativo ainda é muito recente para concluirmos a real influência das alterações no desempenho dos acadêmicos. O que se pode afirmar é que a maioria dos acadêmicos e professores considera a avaliação indispensável para a aprendizagem independente das alterações que o processo de aprendizagem possa passar.

Observa-se que nem todos os professores possibilitam uma reavaliação quando do desempenho ruim dos acadêmicos em um determinado conteúdo avaliado, o que é um ponto negativo para o processo de ensino aprendizagem, pois na maioria das vezes os conteúdos são sequências e a não compreensão de parte do conteúdo provocará problemas futuros para o acadêmico e esses problemas podem não ficar apenas restritos a disciplina cursada, mas outras que dependam da mesma.

Ao observarmos a alteração ocorrida no sistema avaliativo da UTFPR, com olhos de “avaliação continuada” percebemos que talvez seja muito precoce esta análise, uma vez que, educação continuada consiste em avaliações diferenciadas (diferentes formas) ao longo do processo de ensino aprendizagem.

O único documento oficial da UTFPR encontrado, que trata das alterações propostas no processo avaliativo da UTFPR, foi a Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Pós-graduação, que trata do sistema avaliativo, de 29/11/2010, portanto acreditamos que as alterações foram motivadas pelos critérios do REUNI.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Jane. R A. **A Avaliação da Aprendizagem como Processo Interativo: Um Desafio para o Educador. 2008.** Disponível em:

<http://www.faedec.rj.gov.br/desup/images/democratizar/v2n1/art_democratizar_jane2.pdf>. Acesso em: mar. 2011.

BARROS, Talma Bastos de; CAMARGO, Maria Aparecida Bosschaerts de . **Avaliação na educação superior: produção da proposta de avaliação da aprendizagem.** 2009. Disponível em:

<http://www.uftm.edu.br/upload/ensino/AVALIACAO_NA_EDUCACAO_SUPERIOR_PRODUCAO_DA_PROPOSTA_DE.pdf>. Acesso em Mar. 2011.

BRASIL. DECRETO Nº 6.096, DE 24 DE ABRIL DE 2007. D.O. U de 24/04/2007, p.7. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm>. Acesso em nov. 2011.

COEPP. **Resolução nº. 112/10.** Curitiba, novembro de 2010. - Disponível em: <<http://www.utfpr.edu.br/estrutura-universitaria/pro-reitorias/prograd/legislacao/utfpr-1/bacharelado/regulamentoodpcursosgraduacao.pdf-2>>. Acesso em: mai. 2011.

FRANCO, Creso. - **Avaliação, Ciclos e Promoção na Educação.** São Paulo: Artmed, 2001.

HAYDT, Regina C. – **Avaliação do processo Ensino-Aprendizagem.** 6. ed. São Paulo: Ática, 2002.

LUCKESI, Cipriano C. - **Avaliação da aprendizagem na escola e a questão das representações sociais** - Eccos Revista Científica, vol. 4, fac. 02, Universidade Nova de Julho, São Paulo, pág. 79 a 88. Eccos revista científica, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 79-88, 2002.

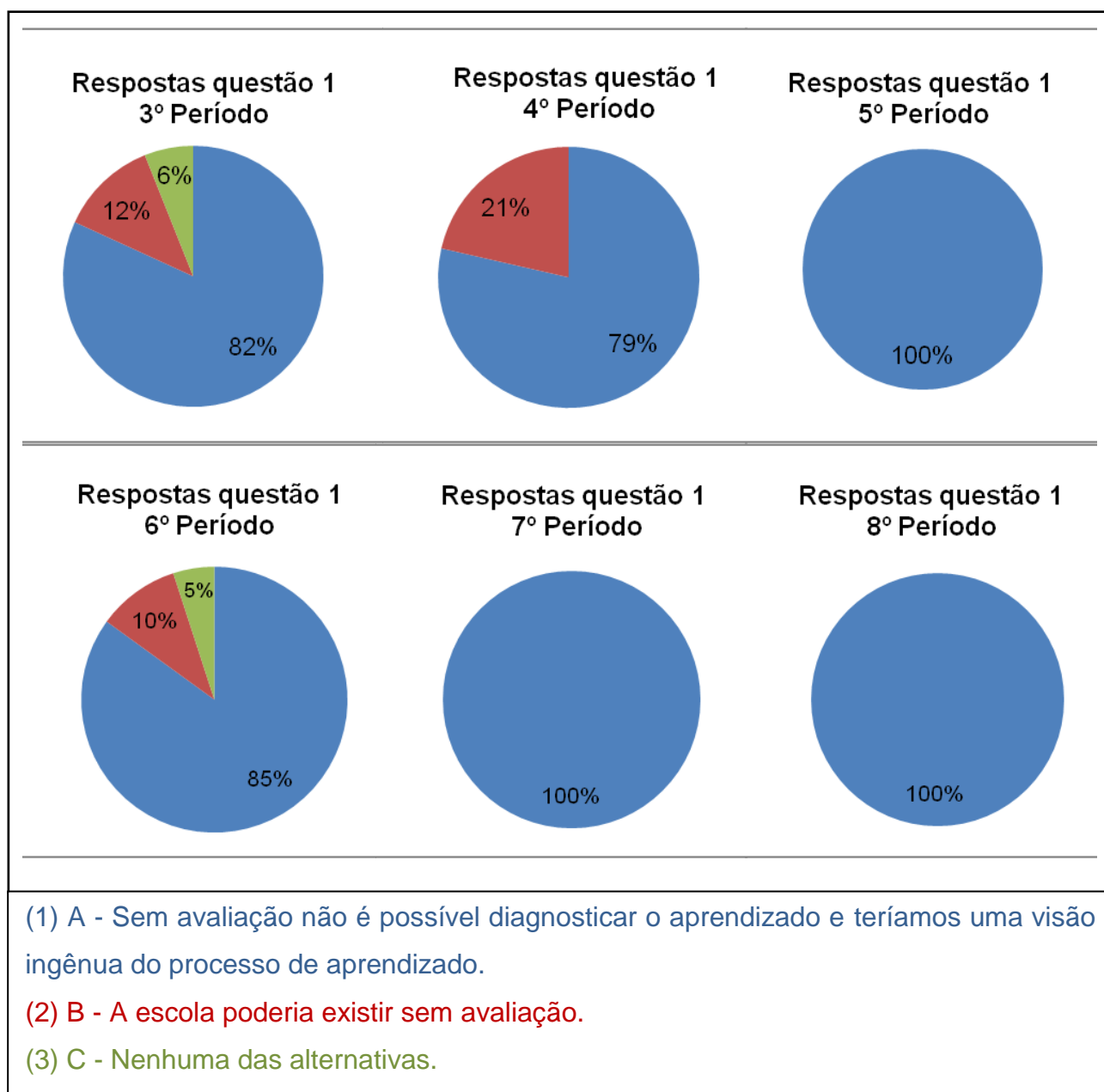
MENDES, Olenir Maria. **Avaliação formativa no ensino superior: reflexões e alternativas possíveis.** In: VEIGA, I. P. A e NAVES, M. L. P. (orgs). Currículo e avaliação na educação superior. Araraquara, SP. Junqueira & Marin, 2005, p. 175-197.

Pacheco, J. - **Avaliação dos alunos na perspectiva da reforma.** 2. ed. Porto: Porto Editora, 1995.

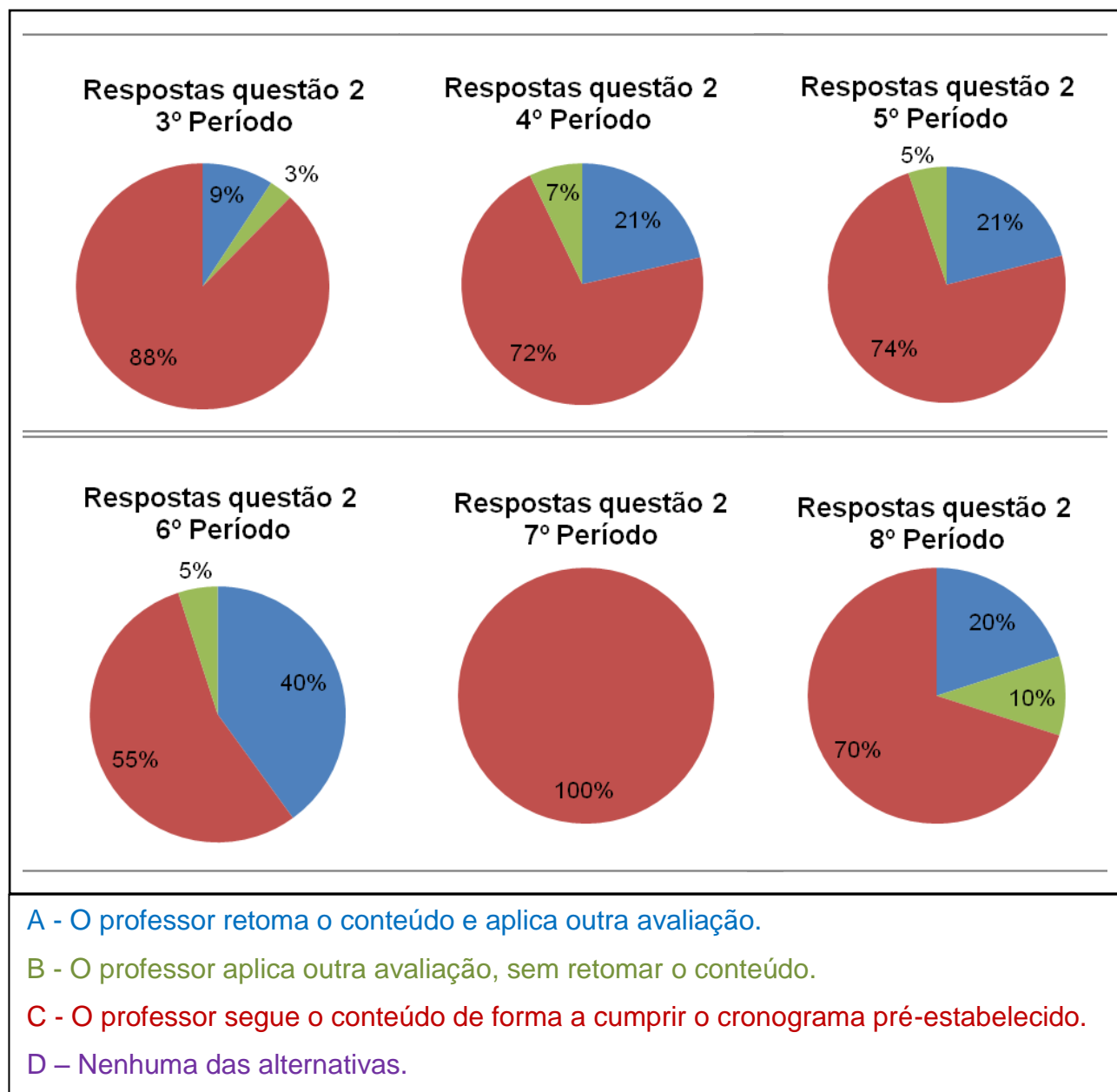
PADERES, Adriana Marques - **A avaliação enquanto prática pedagógica em uma instituição de ensino superior**. 2007. Disponível em:
< <http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/posteres/GT04-3728--Int.pdf>>. Acesso em mar.2011.

APÊNDICES

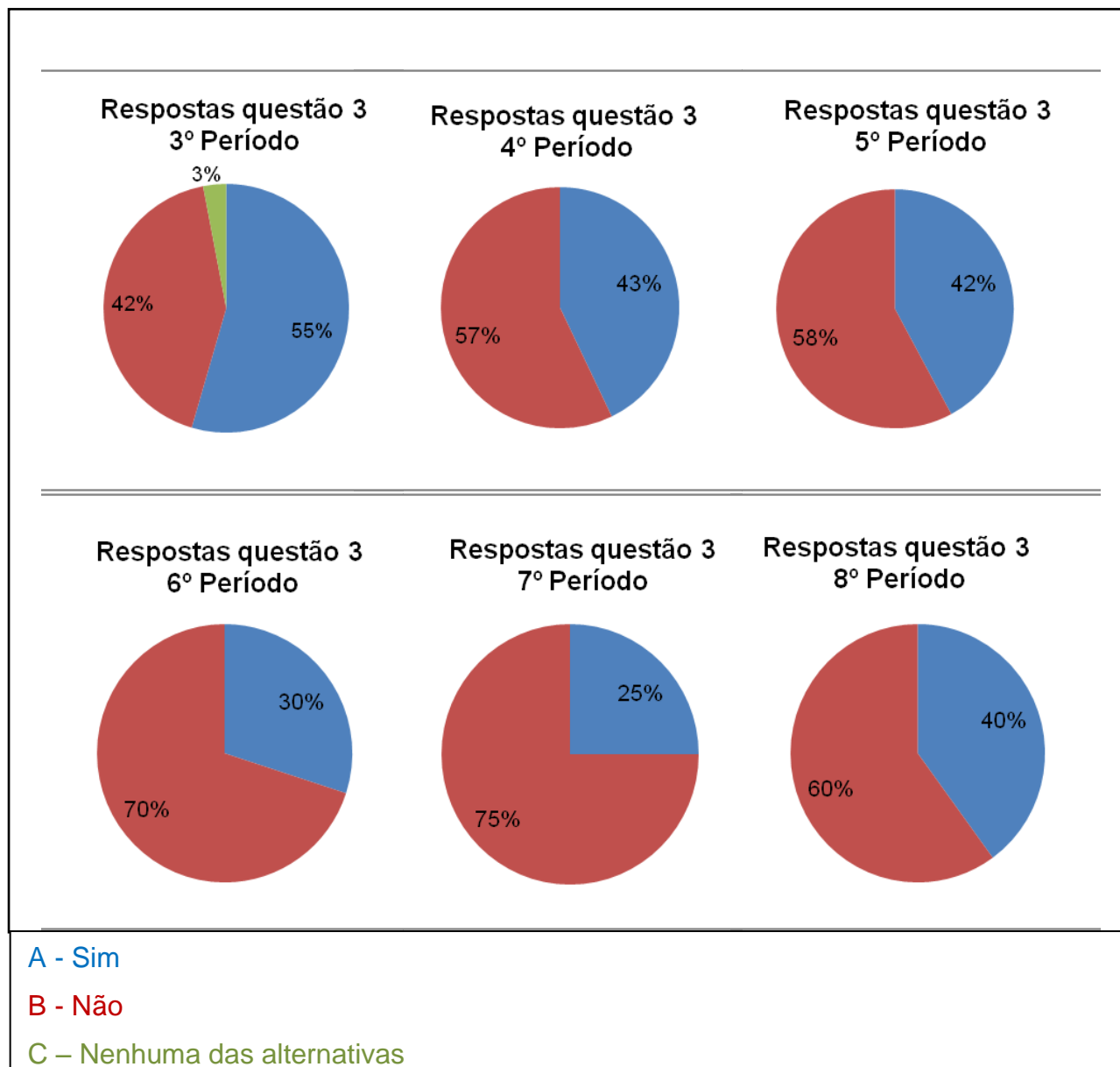
APÊNDICE 1 – RESPOSTAS OBTIDAS PARA A QUESTÃO 1, SEPARADAS POR PERÍODO (3º AO 8º).



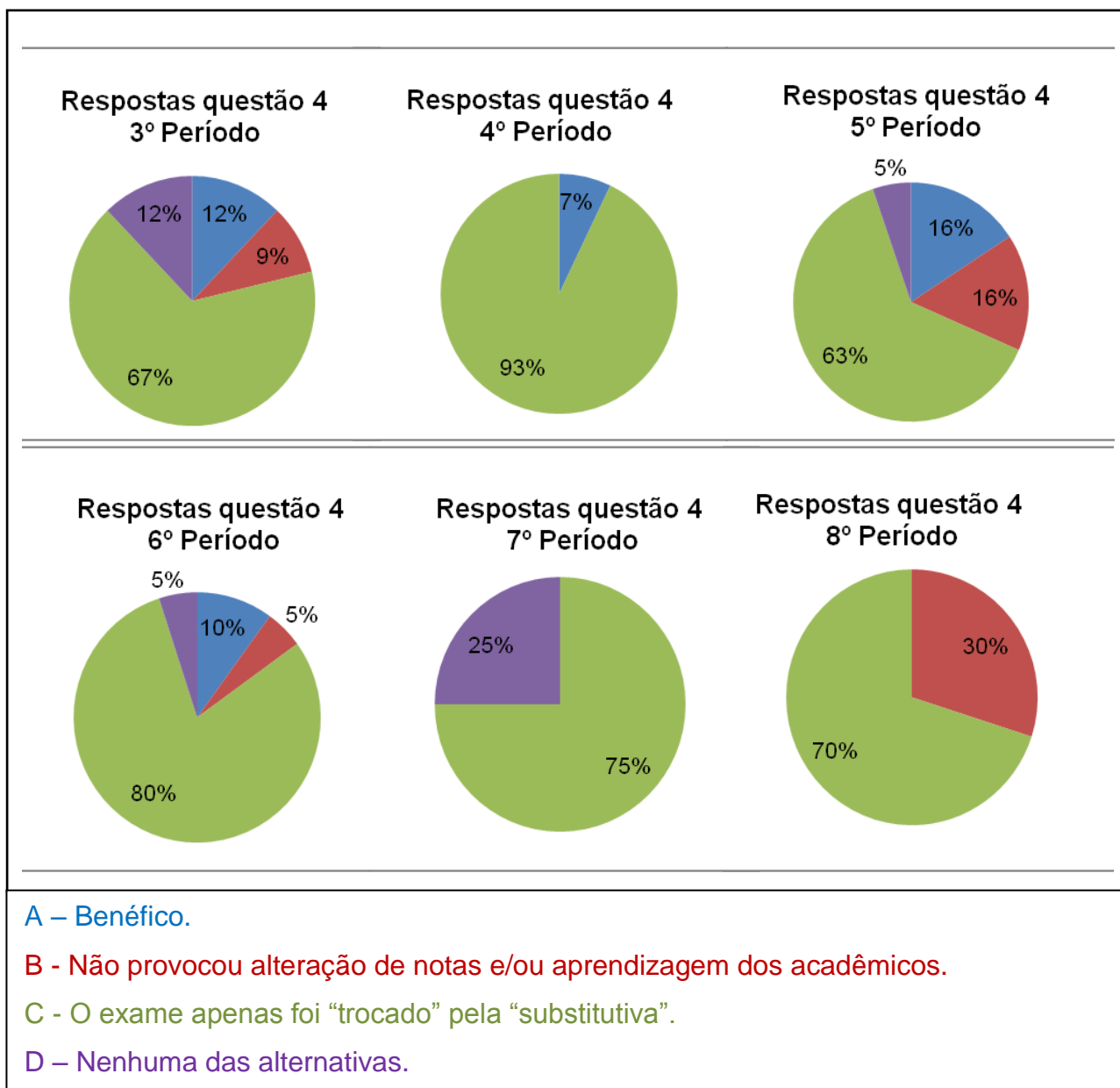
APÊNDICE 2 – RESPOSTAS OBTIDAS PARA A QUESTÃO 2, SEPARADAS POR PERÍODO (3º AO 8º).



APÊNDICE 3 – RESPOSTAS OBTIDAS PARA A QUESTÃO 3, SEPARADAS POR PERÍODO (3º AO 8º).



APÊNDICE 4 – RESPOSTAS OBTIDAS PARA A QUESTÃO 4, SEPARADAS POR PERÍODO (3º AO 8º).



ANEXOS

ANEXO A – Regulamento REUNI

DECRETO Nº 6.096, DE 24 DE ABRIL DE 2007.

Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea “a”, da Constituição, e considerando a meta de expansão da oferta de educação superior constante do item 4.3.1 do Plano Nacional de Educação, instituído pela Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais.

§ 1º O Programa tem como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano.

§ 2º O Ministério da Educação estabelecerá os parâmetros de cálculo dos indicadores que compõem a meta referida no § 1º.

Art. 2º O Programa terá as seguintes diretrizes:

I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;

II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;

III - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;

IV - diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;

V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e

VI - articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica.

Art. 3º O Ministério da Educação destinará ao Programa recursos financeiros, que serão reservados a cada universidade federal, na medida da elaboração e apresentação dos respectivos planos de reestruturação, a fim de suportar as despesas decorrentes das iniciativas propostas, especialmente no que respeita a:

I - construção e readequação de infra-estrutura e equipamentos necessárias à realização dos objetivos do Programa;

II - compra de bens e serviços necessários ao funcionamento dos novos regimes acadêmicos; e

III - despesas de custeio e pessoal associadas à expansão das atividades decorrentes do plano de reestruturação.

§ 1º O acréscimo de recursos referido no inciso III será limitado a vinte por cento das despesas de custeio e pessoal da universidade, no período de cinco anos de que trata o art. 1º, § 1º.

§ 2º O acréscimo referido no § 1º tomará por base o orçamento do ano inicial da execução do plano de cada universidade, incluindo a expansão já programada e excluindo os inativos.

§ 3º O atendimento dos planos é condicionado à capacidade orçamentária e operacional do Ministério da Educação.

Art. 4º O plano de reestruturação da universidade que postule seu ingresso no Programa, respeitados a vocação de cada instituição e o princípio da autonomia universitária, deverá indicar a estratégia e as etapas para a realização dos objetivos referidos no art. 1º.

Parágrafo único. O plano de reestruturação deverá ser aprovado pelo órgão superior da instituição.

Art. 5º O ingresso no Programa poderá ser solicitado pela universidade federal, a qualquer tempo, mediante proposta instruída com:

I - o plano de reestruturação, observado o art. 4º;

II - estimativa de recursos adicionais necessários ao cumprimento das metas fixadas pela instituição, em atendimento aos objetivos do Programa, na forma do art. 3º, vinculando o progressivo incremento orçamentário às etapas previstas no plano.

Art. 6º A proposta, se aprovada pelo Ministério da Educação, dará origem a instrumentos próprios, que fixarão os recursos financeiros adicionais destinados à universidade, vinculando os repasses ao cumprimento das etapas.

Art. 7º As despesas decorrentes deste decreto correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de abril de 2007; 186º da Independência e 119º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Fernando Haddad

Paulo Bernardo Silva

Este texto não substitui o publicado no DOU de 25.4.2007

ANEXO B – Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa

**unioeste**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Comitê de Ética em Pesquisa – CEP

Aprovado na
CONEP em 04/08/2000**PARECER 339/2011-CEP**

Projeto de TCC, pesquisador responsável: Sirlei dias Teixeira da Universidade Tecnológica Federal do Paraná Pato Branco Curso de Química.

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, analisou em sessão ordinária do dia 25/08/2011, Ata 007/2011 - CEP, o processo CR nº 1252/2011, referente ao projeto de TCC, intitulado "Mudança no Processo Avaliativo da UTFPR-Pesquisa realizada com acadêmicos e professores do curso de Química-UTFPR-PATO BRANCO-PR." vigência: agosto de 2011 a dezembro de 2011 do pesquisador Sirlei dias Teixeira.

Assim, em conformidade com os requisitos éticos, somos de parecer favorável à realização do projeto classificando-o como **APROVADO**, pois o mesmo atende aos requisitos fundamentais da Resolução 196/96 e suas complementares do Conselho Nacional de Saúde.

Deverá ser encaminhado ao CEP o relatório final da pesquisa e/ou a publicação de seus resultados, para acompanhamento, bem como comunicada qualquer intercorrência ou a sua interrupção.

Cascavel, 25 de agosto de 2011

Dra. SÔNIA DE LUCENA MIORANZA
Coordenadora do CEP/Unioeste